



Planejamento é de três acessos

AÇÃO RÁPIDA

Força-tarefa na Comarca de Tangará dará vazão aos processos em trâmite

Três unidades de apoio reforçarão o trabalho na Comarca

Assessoria TJMT

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Luiz Ferreira da Silva, abriu nesta segunda-feira, 2, os trabalhos da correição ordinária no Fórum de Tangará da Serra, unidade que concentra o maior volume processual dentre as comarcas de Terceira Entrância, com aproximadamente 40 mil feitos.

A Comarca de Tangará está recebendo duas frentes de trabalho desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça que irão auxiliar a unidade jurisdicional a obter maior fluidez no trâmite pro-

cessual. Além do trabalho de correição ordinária que será realizado nas varas cíveis e criminais, um grupo de servidores que integra o projeto ‘Equipes de Ação Rápida’ realizará uma força-tarefa em três unidades que precisam de apoio para dar vazão aos processos em trâmite: a Primeira e a

“
Uma das que tem maior estoque de executivos fiscais no Estado

Segunda Vara Criminal e a Quarta Vara Cível, onde tramitam hoje cerca de 18 mil processos de exe-

cutivo fiscal.

Responsável pela correição nas varas cíveis e pelo trabalho da força-tarefa nas três unidades escolhidas, o juiz auxiliar da Corregedoria Emerson Luis Pereira Cajango explica que a correição em Tangará marca o início dos trabalhos previstos no planejamento estratégico para 2020. “Nossa função aqui é melhorar os nossos trabalhos, fazer funcionar a nossa máquina judiciária. Faremos aqui em três unidades o trabalho da Equipe de Ação Rápida, que visa não só verificar os processos, mas também fazer o devido cumprimento. Expedir mandados, fazer o cumprimento via oficial de justiça, arquivar processos. Ou seja, a gente também vai colocar a mão na massa e ajudar a comarca nos trabalhos,

TANCREDO NEVES

Município estuda prolongamento de avenida

Empresa loteadora solicitou estudos sobre interligação da via

PAULO DESIDÉRIO / Redação DS

Rumor em evidência há alguns anos em Tangará da Serra, a ligação da Avenida Tancredo Neves, da Vila Olímpica até os bairros Buritis e Bela Vista, foi motivo de requerimento encaminhado pela Câmara ao Poder Executivo. O vereador Sebastian Ramos (PSB) foi quem fez o encaminhamento e teve como resposta que a Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan) recebeu protocolo de solicitação administrativa, visando elaboração de estudo de empreendimento imobiliário na região.

Sua aprovação consistiria

na derrubada de área de preservação permanente (APP), para que houvesse o prolongamento e emenda da via. De acordo com o secretário de planejamento, Julio César Gomes Silva, o loteamento Árvore Tarumã tem interesse em lotear a região. Para isso, precisa dar no mínimo duas saídas (vias de acesso). “Há necessidade do estudo para verificar como que vai funcionar essa abertura, porque ali o planejamento é de três acessos. Um vai para o Buritis II, outra indo para o Tarumã e a descida da Tancredo.

“
Estudo para verificar como funcionará essa abertura

Este loteamento já está em análise junto a prefeitura e o departamento de urbanização, que analisa a parte arquitetônica e de mobilidade urbana de Tangará da Serra”, afirmou, ao ressaltar que há interesse da prefeitura na transposição da via.

Os trâmites devem obedecer a Lei Federal Nº 6766 e a Lei Municipal de parcelamento de solo. Para tanto, serão analisadas as questões de urbanística, acessibilidade, permeabilidade do solo, tamanho dos terrenos, integração com as áreas institucionais que já existem na cidade e com outros loteamentos que já existem. Boa parte das exigências, constam no Plano Diretor do Município.

A Avenida Tancredo Neves é uma das principais de Tangará da Serra, com extensão atual estimada em 6,7 quilômetros de ponta a ponta.



Abertura dos trabalhos, por videoconferência

uma vez que a carência de serventuários é muito grande”.

“Tirando Cuiabá, a Quarta Vara Cível de Tangará da Serra é uma das que tem maior estoque de executivos fiscais no Estado. São quase 18 mil processos em trâmite e o nosso objetivo aqui é fazer o arqui-

vamento desses executivos fiscais. Queremos impulsionar e arquivar, baixando nossa taxa de congestionamento”, completou o juiz Emerson Cajango, ao afirmar que a meta inicial é baixar aproximadamente 20% o estoque da Quarta Vara Cível, e nas criminais, de 10 a 15%.